



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fabrício Gama tratou da violência que atinge todo o Brasil. Considerou que o assassinato da vereadora Marielle Franco teve muita repercussão, mas morrem muitas outras “Marielles” pelo Brasil e não há tanta comoção. Preocupou-se com a utilização política desse crime. Expressou que já subira à tribuna condenando a violência cometida contra aquela parlamentar, mas fez na ocasião a ressalva de que, em nome dela, condenava a violência que grassa no Brasil, vitimando pessoas que são assassinadas por qualquer motivo. Opinou que as causas da violência não são apenas sociais – há a violência doméstica, contra a mulher, contra os idosos, contra os filhos, e esta forma de violência é muitas vezes ignorada. Defendeu a união entre a sociedade civil e o governo para combater as causas da violência. Citou o caso de uma mãe, moradora do bairro do Jurunas, que procurou o Conselho Tutelar procurando ajuda porque perdera o controle do filho de quatorze anos de idade. Este chega e sai de casa quando quer, sai na sexta-feira e só volta no domingo. Concluiu que esta é uma das causas da violência. Opinou que os pais devem ser responsabilizados pelo que os filhos menores fazem. As escolas devem convocar para uma reunião, a cada três meses, os responsáveis pelos alunos para que acompanhem o desempenho educacional destes. Entretanto, segundo informações que obteve, de um total de 35 a 40 alunos em uma turma, geralmente aparecem menos de cinco pais nestas reuniões. Reiterou ser necessário realizar ações coletivas envolvendo o governo e a sociedade para construir uma cultura de paz. Parabenizou em seguida o secretário municipal de Saúde, senhor Sérgio Amorim, pelo excelente trabalho que desenvolve. Obteve-se, através de ações preventivas e diurnas, a diminuição do número de casos de doenças infecciosas atendidos nos postos de saúde e nos HPSM. Parabenizou também o secretário de Saneamento, senhor Cláudio Mercês, pelo trabalho de limpeza de ruas, canais e bueiros na cidade. Ressaltou que as equipes da SESAN estão nas ruas, atuando diurnamente, retirando o lixo para evitar os alagamentos e inundações provocados pelas chuvas. Pediu o apoio da sociedade para que os resíduos não sejam descartados de forma irregular. Recordou que foram retiradas dos canais da cidade, somente na última limpeza, mais de cem toneladas de lixo. Gustavo Sefer inteirou a plenária sobre um projeto de lei de sua autoria que prevê a aplicação de multas para aqueles que descartam lixo em locais inadequados. Relatou ter sido multado - no carnaval de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, quando ainda não era vereador - por deixar uma latinha na rua. Reconheceu que agira errado na ocasião e achou que uma lei similar também poderia ser criada no município de Belém para coibir o descarte irregular de lixo nas ruas e canais da cidade. Considerou que atualmente o trabalho de retirada de entulho e coleta de lixo doméstico é feito incessantemente pela Prefeitura de Belém, mas é como enxugar gelo: pouco tempo depois, o lixo volta a acumular-se devido ao descarte irregular. Opinou que uma das formas mais eficientes para educar pessoas adultas, promovendo mudança de hábitos, é punir aplicando multas. Tratou em seguida da iniciativa de um grupo de empresários que solicitou ao governador do estado a isenção do IPVA, durante o primeiro ano de uso, para veículos novos comprados aqui. Apoiou esta ação, por achar alta a tributação no Pará e benéfica qualquer deliberação que desonere o consumidor. Informou que esta medida já foi adotada por cinco entes da federação – Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e Distrito Federal. Assim, as pessoas deixam de comprar seus veículos automotivos no Pará – deixando de gerar aqui emprego e renda – para comprá-los em outros estados, trazendo-os depois para cá. Deste modo, nosso estado está perdendo empregos por não se adaptar a esta realidade. Observou que o não recolhimento do IPVA é compensado pelo aumento da arrecadação do ICMS com o aumento do volume de vendas de automóveis. Pediu aos

demais vereadores que apoiem esta iniciativa para que juntos obtenham uma audiência com o governador Simão Jatene, que tem a competência para atender ou não a esta demanda. Lulu das Comunidades elogiou o prefeito Zenaldo Coutinho pelo trabalho grandioso que este vem desenvolvendo no bairro do Tenoné. Disse que os moradores das comunidades e os comerciantes estão muito felizes pelas obras que estão acontecendo na localidade. Denunciou posteriormente o agente Brasil, da SEMOB, que está “tocando o terror” no bairro do Tapanã. Este age de forma arbitrária, prendendo veículos sem justificativa, e não respeita a população. Externou ser a favor das fiscalizações no trânsito, mas pessoas que não cometeram infrações não podem ser punidas. Ademais, condenou que sejam apreendidos veículos durante os fins de semana e feriados, pois as pessoas não podem retomá-los - uma vez que não há atendimento ao público na SEMOB nestes dias – e precisam pagar a diária dos veículos além da taxa do guincho. Criticou também a falta de respeito no trato com o público dos agentes do DETRAN. Em aparte, pronunciou-se a vereadora Marinor Brito. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Joaquim Campos, falando pelo bloco PMDB – PHS, lamentou os achaques sofridos pelos motoristas de Belém por parte dos agentes de trânsito. Afirmou que já existe jurisprudência no Brasil que impede o reboque, por agentes do estado, de veículos particulares com licenciamento atrasado – a lei deve ser usada para coibir essa prática. Comentou que o Brasil, neste mês de janeiro, sofreu um calote de um bilhão de reais da Venezuela referente à primeira parcela de um empréstimo feito junto ao BNDES. No total, o governo venezuelano deve ao Brasil 3,15 bilhões de reais, sendo que 2,36 bilhões referem-se a obras construídas por empreiteiras brasileiras – mais de 90% destas envolvidas na Operação Lava Jato. Denunciou que o BNDES foi saqueado durante os governos de Lula e Dilma Rousseff e disse querer saber quando os países africanos começarão a pagar pelas obras que as empresas brasileiras lá realizaram. Ironizou que agora Nicolás Maduro lançou uma criptomoeda, lastreada no petróleo venezuelano - explorado com as refinarias que construímos lá, usando o nosso dinheiro - e o que sobra para o Brasil é a imigração de venezuelanos que fogem de um país com uma inflação de 2500% ao ano. Em seguida, o vereador Gustavo Sefer fez o registro da presença nesta sessão legislativa do diretor do HPSM Mário Pinotti, senhor Samuel Afalo. A presidência da Mesa foi então assumida pelo vereador Fabrício Gama e o vereador Mauro Freitas, representando o bloco PSDC – Avante, subiu à tribuna. Em seu pronunciamento relatou que tem acompanhado o trabalho da SESAN, tendo à frente o novo secretário Cláudio Mercês, e esteve no dia anterior em uma reunião no bairro do Castanheira e informou à população que a Passagem Newton Miranda será urbanizada em sua totalidade. Lembrou que, quando era chefe de gabinete do ex-vereador Daniel Pegado, obtiveram, através de uma emenda liberada pelo então prefeito Duciomar Costa, o asfaltamento da Rua Álvaro Adolfo, situada também neste bairro. Recordou que quando era chefe de gabinete do vereador Augusto Pantoja fizeram, a seu pedido, a cobertura do COMBAT – Centro Comunitário do Bairro do Castanheira. No ano anterior, continuou, conseguiu que fosse asfaltada a Passagem São Luís, situada também neste bairro, em frente ao Shopping Center Castanheira. Daqui a um mês e meio, iniciar-se-á a obra de urbanização da Passagem Newton Miranda. Confessou ficar muito satisfeito por ver que seu trabalho como político avança em uma área importante que engloba os bairros do Entroncamento, Castanheira e Marambaia, formando um complexo com mais de 140 mil habitantes. Findo seu pronunciamento, reassumiu a presidência da sessão. Manifestou-se posteriormente, pelo bloco PMN – Solidariedade – PEN – PR, o vereador Fabrício Gama e parabenizou o vereador Mauro Freitas pelo trabalho desenvolvido em benefício da população de Belém, considerando-o um parlamentar atuante e comprometido com o bem-estar do povo. Externou depois que conhece a luta do deputado estadual Luiz Afonso Sefer em prol do Pará, principalmente na área da Saúde. Parabenizou-o pela coragem de dispor seu nome como pré-candidato ao Senado Federal pelo Partido Progressista – PP. Considerou que Luiz Sefer merece o apoio do partido, pois seria um grande senador, um nome novo na política nacional, e declarou seu apoio a esta candidatura. Tratou depois da agressão sofrida pelo tenente-coronel André Nobre, integrante do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, por parte de agentes do DETRAN. Ressaltou que este militar tem uma ficha limpa, irretocável, naquela corporação e voltava para casa após deixar o serviço. Foi pego em uma blitz um dia após o vencimento da última parcela do IPVA e desceu do carro ainda fardado. Pediu que lhe fosse permitido atravessar a rua e pagar o boleto em uma lotérica que lá existia, mas o agente declarou que não poderia fazê-lo e que seu veículo estava apreendido. Pediu então que lhe fosse permitido retirar do veículo seus documentos e os boletos já pagos anteriormente, mas o agente de trânsito alterou-se e o tenente-coronel foi conduzido até uma delegacia sob a acusação de abuso de autoridade. Em aparte, pronunciou-se o vereador Moa Moraes. Fabrício Gama deu continuidade ao seu pronunciamento, falando agora pela liderança do Governo, e considerou desrespeitoso o poder que os agentes do DETRAN exercem sobre a população, achacando pessoas de bem, tratando-as como se fossem bandidos. Opinou que estes pleiteiam agora o porte de arma em serviço, mas se já são violentos sem armas, muito pior será se estiverem armados. Sugeriu que fosse feito um voto de repúdio à atuação deste agente. Em aparte, pronunciaram-se os vereadores Lulu das Comunidades, Marinor Brito e Delegado Nilton Neves. Gustavo Sefer, pelo bloco PSD – PTC, retomou o tema da isenção de IPVA, durante o primeiro ano de uso, para veículos automotores novos comprados no estado – iniciativa de um grupo de empresários paraenses, donos

de empresas concessionárias. Reiterou que este procedimento já foi adotado por cinco entes federativos nacionais (Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal) e muitas pessoas compram seus carros nestes estados, trazendo depois o carro rodando para o Pará. Assim, aqui deixam de ser gerados emprego e renda. Contrapôs que o aumento da arrecadação do ICMS compensaria a perda de receita com a isenção do IPVA. Repetiu que esta demanda não foi sua iniciativa, mas a apóia e fará um requerimento solicitando ao governador Simão Jatene – a quem compete decidir esta questão - que analise a situação. Anunciou que já há alguns deputados estaduais paraenses mobilizados em torno desta causa – Sidney Rosa e Márcio Miranda já se reuniram com este grupo de empresários - e disse ter certeza de que esta mudança seria muito positiva para nosso estado, pois aumentaria a arrecadação de ICMS e geraria mais emprego e renda no Pará. Marinor Brito, pela bancada do PSOL, apoiou a causa defendida pelo vereador Sefer, afirmando que os parlamentares devem dar apoio a todas as ações que possam diminuir a carga de impostos sobre a população. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi então posta em votação e aprovada por unanimidade a ata da 7ª sessão ordinária do 1º Período da 2ª Sessão Legislativa desta Legislatura. O vereador Amaury Sousa comunicou à Mesa que precisaria ausentar-se da sessão devido à atividade parlamentar externa. Fez-se então a leitura e votação de requerimento do vereador John Wayne solicitando licença parlamentar neste dia 21/03, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita depois a leitura do requerimento do vereador Toré Lima solicitando voto de repúdio aos preços abusivos praticados pelos comerciantes que hoje vendem bebidas alcoólicas no Mangueirão. Encaminharam a votação os vereadores Toré Lima, Mauro Freitas (quando assumiu a presidência da Mesa o vereador Lulu das Comunidades), Henrique Soares (com apartes dos vereadores Toré Lima e Biéco), Gustavo Sefer, Marinor Brito, Joaquim Campos e Fabrício Gama (com apartes dos vereadores Toré Lima, Adriano Coelho e Marinor Brito). O vereador Rildo Pessoa solicitou então que a votação fosse feita nominalmente, o que foi acatado pela Mesa. Na votação, não houve quórum e o presidente Lulu das Comunidades encerrou a sessão às dez horas e quarenta e quatro minutos. Estavam licenciados os vereadores John Wayne, Blenda Quaresma, Marciel Manão e Zeca Pirão. Justificou sua ausência a vereadora Simone Kahwage. Estiveram presentes os vereadores: Rildo Pessoa e Mauro Freitas, pelo bloco PSDC – Avante; Biéco e Fabrício Gama, pelo bloco PMN – Solidariedade – PEN – PR; Víctor Dias, Gustavo Sefer, Lulu das Comunidades e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS; Nehemias Valentim, Paulo Bengtson, Moa Moraes e Igor Andrade, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Celsinho Sabino e José Dinely, pelo bloco PSC – PPS; Adriano Coelho, Delegado Nílton Neves e Henrique Soares, pelo bloco PDT – PSL; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Marinor Brito e Fernando Carneiro, pelo PSOL; França e Toré Lima, pelo PRB; e Émerson Sampaio pelo PP. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 21 de março de 2018.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário